

A nominalização como estratégia de relativização¹

(The nominalization as a relativization strategy)

Roberto Gomes Camacho

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP –
Campus de São José do Rio Preto
camacho@ibilce.unesp.br

Abstract: This work aims to present some results obtained from a typological research on relative clauses developed in a sample of Amazonian native languages. These results, which are specifically addressed to the distribution of the relativization strategies in the sample, intend to show, on one hand, that the use of nominalization consists in fact of an alternative strategy and, on the other hand, that some languages which take the nominalization as a primary strategy of relativization lack a specific class of adjectives.

Keywords: relativization strategies; nominalization; typological linguistics.

Resumo: o objetivo deste trabalho é apresentar alguns resultados obtidos de uma pesquisa tipológica sobre orações relativas com base numa amostra de línguas nativas da Amazônia. Esses resultados, que são especificamente voltados para a distribuição das estratégias de relativização, pretendem demonstrar, por um lado, que o uso da nominalização consiste, de fato, em uma estratégia alternativa e, por outro, que algumas línguas, que assumem a nominalização como uma estratégia primária estão privadas de uma classe específica de adjetivos.

Palavras-chave: estratégias de relativização; nominalização; linguística tipológica.

1. Introdução

A oração relativa ocupa um lugar proeminente na tipologia linguística junto com marcação de caso e ordem de palavras. O estudo pioneiro de Keenan e Comrie (1977), apesar de tratar apenas de condições gramaticais que se aplicam à formulação de uma construção relativa, é considerado um dos trabalhos mais influentes na literatura sobre universais linguísticos. Embora as línguas nativas da Amazônia brasileira sejam representadas em estudos tipológicos com amostragem de natureza universal, não há trabalhos que tratem especificamente delas sob o ponto de vista do uso da construção relativa.

A revista *Ciências Humanas* (Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, número especial) traz um conjunto respeitável de contribuições para o estudo das estratégias de relativização nas línguas da Amazônia cujo escopo ultrapassa as fronteiras da Amazônia brasileira. Considerando-se, portanto, somente as línguas que se enquadram nessa área geográfica, objeto de interesse deste trabalho, as descrições destacam, por um lado, um grupo de línguas que emprega algum tipo de marcação morfológica e, por outro, um grupo de línguas que emprega estratégias alternativas, como nominalizações e justaposições.

Os resultados dessas descrições, principalmente no que concerne às línguas

¹ Este trabalho, apresentado como conferência no programa do 57º Seminário do GEL, realizado na UNAERP, em Ribeirão Preto, em julho de 2009, é o resultado do projeto *Tipologia das orações relativas nas línguas nativas do Brasil* desenvolvido no triênio 2006-2009 como Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq-proc. nº . 303006/2005-6).

karib da Amazônia brasileira (MEIRA, 2006), convergem com este estudo num aspecto específico: apontam a nominalização como a estratégia de relativização mais recorrente. No entanto, a amostra aqui enfocada ganha em grau de exaustividade por contar, conforme veremos adiante, com um número maior de línguas da Amazônia brasileira.

É com base nessa amostra tipológica que este trabalho pretende refletir e especular sobre as propriedades universais na caracterização das construções relativas, o que o situa, portanto, na área da tipologia linguística.

Esta exposição está organizada da seguinte maneira: a seção 2 fornece uma definição das estratégias possíveis de relativização encontradas na pesquisa tipológica; a seção 3 trata do universo de investigação e dos critérios metodológicos; a seção 4 descreve como o domínio funcional da modificação oracional aparece nas línguas nativas da Amazônia; finalmente, a seção 5 é destinada ao tratamento mais específico do tema, isto é, algumas implicações tipológicas do uso da nominalização como estratégia compensatória.

2. Estratégias possíveis de relativização na pesquisa tipológica

O enfoque aqui defendido assume que a noção de subordinação deve ser definida com base na aplicabilidade universal, como o resultado direto da ênfase na comparação translinguística dentro da abordagem funcional-tipológica.

De Vries (2002) e Cristofaro (2003) consideram que é impossível uma caracterização universal da oração relativa em termos sintáticos; uma caracterização universal somente é possível em termos semânticos.

Para Downing (1978, apud DE VRIES, 2002), os termos semânticos definidores são correferência e asserção: há correferência entre termos de dentro e de fora da oração relativa, que é uma asserção sobre o SN relativo. Há um terceiro universal que somente caracteriza as restritivas, que é sua função de modificador de núcleo nominal.

Como assume uma perspectiva mais geral que abrange inclusive relativas apositivas e livres, De Vries (2002) não aplica o conceito de modificação, que se aplicaria somente às orações restritivas; quanto aos dois primeiros, considera-os insuficientes ou pouco precisos, já que numa conversação como *Eu vi João_i. Ele_i parecia triste*, essas duas condições se aplicam à segunda oração, que, mesmo assim, não pode ser identificada como uma oração relativa.

Em razão disso, propõe duas propriedades definidoras alternativas (i) uma oração relativa é subordinada, na medida em que constitui, em termos gerativos, um DP encaixado como uma nominalização na oração principal; (ii) uma oração relativa é conectada ao material circundante por um constituinte pivô, considerado um constituinte semanticamente compartilhado pela oração matriz e pela oração relativa.

Adota-se aqui a caracterização funcional-cognitiva de Cristofaro (2003), que se baseia na assimetria entre o perfil da principal e o da subordinada (LANGACKER, 1991). A ideia de perfil autônomo está associada, segundo Cristofaro (2003), ao princípio de assertividade, propriedade aplicável apenas à principal, já que a relativa restritiva é sempre informação pressuposta e, portanto, desprovida de um perfil cognitivamente autônomo.

Há dois tipos de oração relativa, dependendo de onde o núcleo ou termo pivô se situa, ou seja, fora ou dentro da oração restritiva. O primeiro tipo é conhecido como oração relativa de núcleo interno, enquanto o segundo tipo é referido como oração

relativa de núcleo externo. O português é um exemplo de língua com oração relativa de núcleo externo, já que o nome nuclear a que se aplica a modificação se posiciona fora da oração relativa.

A oração relativa de núcleo externo classifica-se ainda em dois tipos: de núcleo pré-nominal ou de núcleo pós-nominal. Se a oração restritiva segue o núcleo nominal, como o português, a oração relativa de núcleo externo é pós-nominal, mas se a oração restritiva precede o núcleo nominal, ela é conhecida como de núcleo externo pré-nominal, como ocorre com o japonês no exemplo (1a-b).

- (1) a Japanese (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 72)
 [Yamada san-ga ka't-te i-ru] sa'ru
 [Yamada Mr.-SBJ keep-PART be-PRS] monkey
 'the monkey which Mr. Yamada keeps'
- b Japanese (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 72)
 Yamada san-ga sa'ru **o** Ka't-te i-ru
 Yamada Mr.-SBJ monkey **DO** Keep-PART be-PRS
 'Mr. Yamada keeps the monkey'

A oração restritiva, destacada entre parênteses, em (1a) perde o objeto direto original *saru* e a marcação de caso acusativo *o*, destacados em (1b) em negrito, não contendo, por conseguinte, nenhum traço formal explícito do SN na função de objeto direto.

Além desses dois tipos, há ainda o tipo correlativo de oração relativa conforme se vê em (2). O núcleo nominal, que aparece dentro da oração subordinada, é repetido na oração principal como item lexical pleno ou forma anafórica; em consequência, a oração principal e a subordinada acham-se ligadas de modo relativamente frouxo.

- (2) Hindi (SONG, 2001, p. 215)
Jis **a:dmi** ka kutta bema:r hai,
CREL **man** GEN dog sick is
us **a:dmi** ko mai ne dekha
that **man** DO I ERG saw
 'I saw the man whose dog is sick'
 (Lit: 'Which man's dog is sick, that man I saw')

Nesse exemplo do hindi, língua da Índia, derivada do sânscrito, o marcador correlativo em negrito, especificamente usado em orações relativas, identifica *a:dmi* 'homem' também destacado em negrito como núcleo nominal na subordinada, que aparece em forma lexical plena na oração principal imediatamente seguinte.

Esse tipo correlativo é encontrado em línguas que dispõem do tipo núcleo interno de relativa. Assim, enquanto no tipo correlativo, o núcleo é expresso em forma plena ou anafórica na oração principal, no tipo núcleo interno, o núcleo está completamente ausente da oração principal, já que aparece em forma plena na restritiva.

No tipo núcleo externo, por outro lado, o núcleo se manifesta em forma plena fora da oração restritiva, devendo haver, assim, pouca ou nenhuma variação em línguas desse tipo quanto à expressão do núcleo na oração principal.

Na visão de De Vries, se o pivô, geralmente um SN, é pronunciado dentro da oração matriz, ele pode ser reconhecido como um antecedente e, nesse caso, é a oração

relativa que contém uma lacuna que pode ser preenchida por um pronome relativo; este é o caso de relativas de núcleo externo. Se o pivô é pronunciado dentro da oração relativa, é, nesse caso, a matriz que contém a lacuna, que é preenchida pela oração relativa como um todo. Esse é um caso de construção de núcleo interno. Se a oração relativa é anteposta, o pivô é representado por um demonstrativo, caso de uma construção correlativa.

Há, em geral, muita variação transsistêmica em relação ao modo como o núcleo é expresso na oração restritiva, configurando um importante parâmetro tipológico (COMRIE, 1989). Essas diferenças são comumente referidas na literatura como estratégias de relativização (KEENAN; COMRIE, 1977; COMRIE, 1989).

Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem que há no mínimo quatro diferentes estratégias de relativização: (i) a de retenção pronominal, conhecida na linguística brasileira como estratégia copiadora (ii) a de lacuna, conhecida em nosso meio como estratégia cortadora (iii) a de pronome relativo, ou relativa padrão em termos de Tarallo (1983) e (iv) a de não-redução. A quarta estratégia, que se refere à expressão completa do núcleo nominal na oração restritiva, restringe-se às construções com OR de núcleo interno e correlativa.

A estratégia de retenção pronominal envolve o uso de um pronome pessoal na oração restritiva que é correferente ao núcleo nominal na oração principal e, desse modo, a referência ao núcleo nominal na oração principal é recuperada numa forma pronominal apropriada na oração restritiva, como se vê no exemplo (3) do gilbertês, língua das ilhas Gilbert, da família austronésia, falada no Pacífico.

- (3) Gilbertese (KEENAN; COMRIE, 1979, p. 337)
- | | | | | | |
|-----|------|-------------|---------|-----|-------|
| te | mane | are | oro-ia | te | Aine |
| the | man | that | hit-him | the | woman |
- ‘the man whom the woman it’

Ociosos dizer que o português dispõe dessa estratégia, denominada ‘relativa copiadora’ por Tarallo (1983), que é ilustrada pelo exemplo contido em (4a).

- (4) a O ministro **que** o deputado não quis revelar o nome **dele** está envolvido no escândalo.

Na interpretação de Tarallo (1983), a chamada relativa copiadora, que se vê no exemplo (4a), é justamente uma combinação da estratégia de retenção pronominal com um complementizador, não necessariamente com um verdadeiro pronome relativo, cujo emprego ficaria restrito à variante padrão (cf. TARALLO, 1983).

No tipo lacunar não se expressa o núcleo nominal na oração restritiva. A alternativa do PB mais próxima dessa estratégia é a relativa cortadora, como se vê em (4b) com a condição de que a função do *que* seja mais a de um marcador de relativização que a de um pronome relativo propriamente dito.

- (4) b O ministro **que** o deputado não quis revelar o nome **o** está envolvido no escândalo.

A estratégia de pronome relativo é empregada quando pronomes especiais, que em geral são formalmente relacionados a expressões demonstrativas, e/ou pronomes interrogativos, são usados para representar o papel do núcleo nominal na oração restritiva com marcação de caso sintático. Essa estratégia é mais frequentemente encontrada em línguas europeias. É o caso do português, pelo menos nas estratégias de uso padrão da construção relativa pronominal, que se vê em (4c), já que na copiadora e

na cortadora, pode-se interpretar o elemento conectivo não como pronome relativo, mas como um Complementizador (cf. TARALLO, 1983).

- (4) c O ministro **cujo nome** o deputado não quis revelar está envolvido no escândalo.

As diversas línguas podem combinar a distribuição interna das estratégias de relativização. O inglês, por exemplo, pode combinar marcação de caso nas estratégias de pronome relativo, quando for funcional a distinção entre sujeito (*who*) e objeto (*whom*) no interior da oração restritiva, mas pode também empregar a estratégia de lacuna, sem indicar nenhum vestígio formal explícito do núcleo nominal na oração restritiva, conforme se vê em (5a-c)

- (5) a The man **whom** you saw in the church is my father.
b The man **who** saw you in the church is my father.
c The man **ø** you saw in the church is my father.

3. Universo de pesquisa e procedimentos metodológicos

Este trabalho está baseado numa amostra de 18 línguas, selecionadas de acordo com o método proposto em Rijkhoff et al (1993). Esse método atribui um valor numérico a uma família de línguas com base na estrutura e na complexidade de sua árvore genética.

Esse valor é então usado para calcular o número de línguas mediante o qual cada família é representada na amostra. O método é aplicado recursivamente para determinar o número de línguas mediante o qual uma subfamília deve ser representada dentro da amostra.

Essa técnica foi projetada para maximizar o grau de diversidade linguística em qualquer amostra de tamanho predeterminado. No entanto, é impossível a aplicação cabal desta técnica ao *corpus* de línguas nativas da Amazônia em razão do número reduzido de gramáticas descritivas em relação ao número de línguas existentes.

Não sou um propriamente estudioso de línguas indígenas, e a curiosidade que me move é apenas descobrir correlações tipologicamente possíveis. Essa curiosidade me faz depender crucialmente da descrição que outros linguistas fazem das línguas que estão sob o escopo de meu trabalho.

A razão por que esse esforço se debruce sobre as línguas da Amazônia é a de que, além de serem ainda pouco conhecidas, correm sempre risco de extinção em virtude da ocupação, às vezes criminosa, que se faz da região. São, portanto, línguas que necessitam de atenção, mesmo que o principal interesse esteja centrado apenas na curiosidade científica sobre um aspecto particular da gramática.

Com base numa classificação etnológica, o número de línguas nativas da Amazônia é de 234. Desse número, 192 são de fato existentes e 42, extintas (cf. GORDON; GRIMES, 2005; RODRIGUES, 2002). Das línguas existentes, este trabalho pode contar com gramáticas disponíveis para as línguas listadas do Quadro 1, que constituem, portanto, o *corpus* deste trabalho.

Quadro 1: Amostra de línguas indígenas da Amazônia

TRONCO/FAMÍLIA	LÍNGUA	
arawá	paumarí	(Chapman e Derbyshire, 1991)
aruák	warekéna	(Aikhenvald, 1998)
karíb	apalaí	(Koehn e Koehn, 1986)
	hixkaryána	(Derbyshire, 1979)
	makuxí	(Abbott, 1991)
	waiwái	(Hawkins, 1998)
chapakura-wanham	warí	(Everett e Kern, 1997)
creole	karipúna-creole	(Tobler, 1983)
macro-jê boróro	boróro	(Crowell, 1979)
jê-kaingáng	canela-krahô	(Popjes e Popjes, 1986)
mura	pirahã	(Everett, 1992)
nambikwára	nambikwára	(Kroeker, 2003)
pano	mayorúna	(Kneeland, 1979)
tukáno	tukáno	(Ramirez, 1997)
tupi		
tupi-guaraní	kamayurá	(Seki, 2000)
	urubú-kaapór	(Kakumasu, 1986)
yanomámi	sanumá	(Borgman, 1990)
língua isolada	kanoê	(Bacelar, 2004)

4. A representação da modificação oracional nas línguas nativas amazônicas

Os autores que trabalham com tipologia de relativas (DE VRIES, 2002; CRISTOFARO, 2003; KEENAN; COMRIE, 1977; SONG, 2001) não incluem nem a nominalização, nem a parataxe como estratégias propriamente ditas de relativização. Por isso, apresento, no Quadro 2, um panorama geral das línguas investigadas, em que se distinguem estratégias propriamente ditas de relativização de estratégias alternativas, que denomino aqui compensatórias. As estratégias compensatórias incluem esquemas morfossintáticos que representam o domínio funcional da modificação, mas estão fora do escopo semântico do tratamento de De Vries (2002) e Keenan e Comrie (1977).

Considerada a distribuição sob a perspectiva mais ampla do domínio funcional, vemos que todas as línguas apresentam alguma estratégia morfossintática para representar a modificação de núcleos nominais por meio de uma oração, ainda que nem todas disponham de uma estratégia de relativização propriamente dita. Metade das línguas analisadas tem a nominalização, em geral associada com a parataxe, como estratégia compensatória para cobrir o domínio semântico da modificação.

Quadro 2: Estratégias de relativização nas línguas da amostra

Línguas	Estratégia de relativização				
	Relativas propriamente ditas			Estratégias compensatórias	
	Não-redução	De lacuna	Marcador	Parataxe	nominalização
paumarí		X			
warekéna		X			
apalaí				X	X
hixkaryána				X	X
makuxí				X	X
waiwái					X
warí			X		
karipúna-creole			X		
boróro			X		
canela-krahô			X		
pirahã	X	X			
nambikwára					X
mayorúna					X
tukáno					X
kanoê				X	X
kamayurá					X
urubú-kaapór				X	X
sanumá	X				

Vale destacar que a estratégia da nominalização está presente em línguas da mesma família, generalização que só é válida, entretanto, para as do tronco karíb e tupi, as únicas representadas nesse *corpus* por mais de uma língua, o que fornece uma distribuição razoavelmente consistente aos resultados.

Vejam que, com efeito, as línguas apalaí, hixkaryána, makuxí e waiwái, que pertencem à família karib no Quadro 2, dispõem de uma nominalização como estratégia morfossintática principal para cobrir o domínio funcional da modificação. As três primeiras línguas desse grupo -apalaí, hixkaryána e macuxí -têm também, como estratégia secundária, o uso da parataxe.

O outro grupo com mais de uma língua representada no *corpus* é o tronco tupi, formado pelas línguas kamayurá e urubú-kaapór da família tupi-guarani. Assim como na família karíb, a estratégia empregada pelas duas línguas da família tupi-guarani é a nominalização, enquanto o urubú-kaapór dispõe também da estratégia paratática. Segue o mesmo padrão o kanoê, uma língua isolada (RODRIGUES, 2002).

Por força de economia descritiva, vou usar como ilustração os casos de relativas do urubu-kaapór, língua que dispõe de uma estratégia típica de nominalização, combinada com a estratégia paratática.

A modificação atributiva, tipicamente representada por orações relativas restritivas, ocorre sob a forma de uma nominalização e a modificação descritiva, que ocorre tipicamente sob a forma de relativas apositivas, aparece sob a forma paratática. No caso da modificação, a estratégia de relativização é a nominalização e, como o nome indica, faz-se presente uma partícula nominalizadora destacada em negrito no exemplo (6):

- (6) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)
wasai kaitã we- rur **me'ẽ** ihẽ a- kamryk
açaí Caetano 3- bring **NOMLZR I** 1SG- knead
 I kneaded the açai fruit that Caetano brought.
Eu amassei o açai que Caetano trouxe.

Quando se trata de função descritiva, diferentemente da nominalização, não há marcação formal e basta a justaposição de SNs com correferência de pessoa para a construção do um efeito modificador, conforme se observa em (7):

- (7) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)
tamũi i-ãkã tuwyr Kyha pe wapyk u-ĩ
Old man 3-head white hammock in 3+sit 3-be
 An old man who has white hair was sitting in his hammock.
Um homem velho, que tem cabelo branco, estava sentado na sua rede.

Não é obra do acaso que a justaposição é aqui empregada, já que, como a oração descritiva se aplica a um SN indefinido ('um homem velho'), ela atua, em Português, como uma relativa apositiva ou não-restritiva, na medida em que atribui uma propriedade inerente da entidade referida.

Como já observado, a estratégia da parataxe ocorre em cinco línguas do *corpus*, mas aparece como estratégia secundária em quatro delas. Givón (1990) afirma que essa característica marginal da estratégia de parataxe é comum nas línguas do mundo.

Um caso à parte, por falta de clareza na descrição proposta por Bacelar (2004), é o do kanoê. O kanoê parece dispor alternativamente da parataxe e da nominalização para representar a modificação, mas o autor não menciona explicitamente essa dualidade, embora os exemplos que dá permitam inferi-la. Como observado acima, o kanoê compartilha, com as línguas da família tupi-gurani o uso de nominalização e parataxe. O exemplo (8) ilustra um caso de nominalização.

- (8) Kanoê (BACELAR, 2004, p. 154)
 Mĩ mapi pe-õ-tso-e-kjũ more **ni-k-e-re**
 2SG flecha dar-1-dedo-**NLZ-3.REL** bom **3-NEG-DECL-AUX**
 A flecha que você me deu está estragada'
 (Lit.: Você me deu flecha e não está boa.)

O próprio autor da gramática, Bacelar (2004), afirma que não estão ainda muito claras as funções morfossintáticas do pronominal *kjũ* – destacado em negrito. Esse morfema ocorre sempre como forma presa, com valor pronominal anafórico correferente à terceira pessoa irrealis em construções sintáticas simples e complexas.

Em construções sintáticas complexas, aparentemente serve de pivô (DE VRIES, 2002) para relacionar dois SNs numa relação paratática, que Bacelar (2004) traduz, em português, por uma oração relativa, ou, como mostra o exemplo, por uma oração em que o predicado aparece nominalizado.

A estratégia de lacuna foi a segunda mais recorrente no *corpus* analisado, tendo ocorrido em quatro línguas da amostra. Essas línguas, no entanto, não apresentam nenhum parentesco entre si. É interessante observar que três das quatro línguas em que a lacuna aparece como estratégia -paumarí, warekéna, boróro e pirahã -dispõem de um clítico que se liga a um termo da oração principal, formando, assim, a oração relativa.

Para ilustrar com pelo menos um exemplo, veja o caso em (9) do warekéna.

- (9) Warekéna (AIKHENVALD, 1998, p. 274)
 ale ni-ma yue-hě wa-weya weda-hã
 thus 3pl-say to him-PAUS 1pl-want 1pl+see-PAUS

- (H) **weluami** fia-**li** enu-waba-hã
1pl+father stay-REL sky-DIR-PAUS
 So they said to him, we want to see our father who lives in the sky.
Então eles disseram para ele, nós queremos ver nosso pai que mora no céu.

Nesse exemplo, a oração relativa, modificador do núcleo ‘nosso pai’ destacado em negrito, é morfossintaticamente marcada pela presença obrigatória do enclítico *-li*, também destacado em negrito, que marca o predicado da oração relativa, além de funcionar como um morfema adjetivador. Como se vê, essas duas funções são gramaticalmente compatíveis. Como não há elemento correferente com o núcleo na relativa, essa estratégia foi classificada aqui como de lacuna.

Já a língua boróro (CROWELL, 1979) dispõe de orações relativas de núcleo externo pré-nominal, conforme se verifica em (10).

- (10) Boróro (CROWELL, 1979, p. 109)
 u-tu-re a-wai kae jawiji-**wi** aređi motu-re
 3sg-go-neutral 2sg-house to yesterday-**relative** woman pretty-neutral
 The woman who went to your house yesterday is pretty.
A mulher que foi a tua casa ontem é bonita.

Além de preceder o SN que modifica, a relativa contém também um morfema enclítico, destacado em negrito, que atua como um pronome no lugar do SN da oração matriz modificado pela relativa. Como ilustra (10), esse enclítico é invariável, já que não dispõe de marcas de número, gênero ou caso, e se adjunge não ao predicado como em warekéna, mas a qualquer palavra que ocupe a posição final da oração relativa. Como não é marcador de caso, nem estabelece qualquer relação de correferência pessoal com o SN nuclear, a construção modificadora do bororo foi definida como um caso de relativa de lacuna.

Passo a tratar agora da marcação por pronome ou marcador de relativização, que estabelece uma relação de correferência com o SN relativizado. Essa estratégia, de que se valem as línguas warí, karipúna-creole e canela-krahô, é a terceira mais incidente na amostra investigada.

Em geral, os autores das gramáticas descritivas dessas línguas evitam referir-se ao marcador por pronome relativo, estratégia que identifica as relativas das línguas indo-europeias: em warí, esses pronomes tomam a forma de um morfema; em karipúna-creole, de relatores; e, em canela-krahô, de pronomes demonstrativos. Apesar disso, a função desses clíticos e partículas é a mesma que a dos pronomes relativos. Por representarem o núcleo nominal na oração restritiva, esses marcadores são considerados, neste trabalho, genuínos pronomes relativos.

Segundo Tobler (1983), uma oração em karipúna-creole é relativa quando ocorre com um marcador relativo, obrigatório em um SN ou em um SP locativo. Os relatores de que essa língua se vale para construir orações relativas são três: *ki*, *pu* e *kote*.

Os exemplos contidos em (11) e (12) ilustram as construções relativas em que se empregam, respectivamente, os relatores *ki* e *kote*, exercendo respectivamente a função de sujeito e a de locativo, respectivamente:

- (11) Karipúna-Creole (TOBLER, 1983, p. 77)
 mo wé / sa fam **ki** te vini pase fêt Isi la
 Is see that woman **which** Tp come pass holiday here
 I saw that woman who had come to spend the holiday here.
Eu vi a mulher que veio passar o feriado aqui.
- (12) Karipúna-Creole (TOBLER, 1983, p. 78)
 Li ale / la **kote** ye teka bhiga
 3s go there **where** 3p Tp=i fight
 He went where they were fighting.
Nós fomos ao lugar onde eles estavam lutando.

Para relativizar, essa língua se vale da estratégia do pronome relativo. Apesar de o autor não usar essa denominação, os relatores funcionam como verdadeiros pronomes relativos, já que, de acordo com Givón (1990), esse tipo de conectivo aparece na fronteira entre a oração principal e a oração relativa, o que sempre ocorre em karipúna-creole. Além da posição, os relatores *ki* e *kote* exercem dupla função: a de subordinação e a de marcação do caso do elemento relativizado na oração subordinada, que é, respectivamente argumental em (11) e locativo em (12).

Assim como em português, não existem, nessas línguas, formas especiais para os pronomes relativos, que são formalmente relacionados aos pronomes interrogativos. Essa correspondência fornece um argumento adicional para sustentar a ideia de que se trata aqui de uma oração relativa construída com base na estratégia de pronome relativo.

No que diz respeito à posição, Song (2001) alega existir uma forte tendência de o pronome relativo aparecer mais à esquerda da construção relativa, como ocorre com as línguas warí e karipúna-creole. Entretanto, o canela-krahô, excepcionalmente, dispõe da posição final da construção relativa para inserir o pronome, como mostra o exemplo (13), um caso de relativização de genitivo, uma função muito rara de relativização, inclusive nas línguas indígenas da Amazônia:

- (13) Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)
 i-te hũmre **pê rop curan ata** pupun
 1-PAST man **MAL dog kill DEM** see
 I saw the man whose dog I killed.
Eu vi o homem cujo cachorro eu matei.

Em canela-krahô (POPJES; POPJES, 1986), a oração relativa, destacada em negrito, consiste num modificador nominal representado obrigatoriamente por um pronome demonstrativo, também destacado, que funciona como um pronome relativo correspondente ao núcleo nominal da oração principal, *humre*, ‘homem’.

A exceção a essa generalização pode ser explicada pelo fato de os pronomes relativos em canela-krahô fazerem referência a uma entidade previamente enunciada no discurso e, também, constituírem formas que podem ser usadas independentemente.

Estratégia pouco recorrente foi a de não-redução. A estratégia da não-redução, que, vale lembrar, é a que expressa completamente o núcleo nominal na oração relativa, aparece em duas línguas: o sanumá e o pirahã; esta conta também com a estratégia da lacuna.

A estratégia da não-redução é restrita às orações relativas correlativas e de núcleo interno, o que pode explicar o fato da sua baixa ocorrência no *corpus*. Um exemplo ilustrativo é o sanumá (BORGMAN, 1990), conforme se observa em (14).

- (14) Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 133)
ipa ulu kōkō lo-le ã **kōkō** hu Mai kite
My son 3:PL sit-PRES **REL 3:PL** go NEG FUT
 My sons who are sitting here will not go.
Meus filhos que estão sentados aqui não irão.

O sanumá dispõe de relativa de núcleo interno, que é seguida por uma anáfora na oração matriz. Como é definidor na estratégia de não-redução, não há expressão completa do núcleo nominal na oração relativa o SN *ipa ulu* ‘meus filhos’, destacado em negrito. Essa anáfora é o pronome relativo ã, correferencial ao núcleo interno, que vem seguido de um pronome classificador *kōkō* que marca pessoa e número, de acordo com os traços do núcleo interno. É possível omitir tanto a anáfora quanto o classificador, mas a situação mais comum é a co-ocorrência.

5. A nominalização como estratégia compensatória: algumas implicações tipológicas

A descrição geral dos tipos de relativa encontrados no *corpus* mostra que é um tanto elevada a incidência de nominalização, uma estratégia compensatória utilizada por línguas que não dispõem de uma construção relativa propriamente dita. Um aspecto que chama a atenção é saber se a nominalização não consistiria num fenômeno encaixado, em termos sociolinguísticos, em outros setores da gramática (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), e a primeira hipótese que ocorre é se haveria uma correlação entre nominalização como estratégia de modificação e ausência possível de adjetivos como classe lexical de palavras nas línguas que se servem dessa estratégia.

Um aspecto teoricamente instigante, relacionado às classes de palavras é a caracterização categorial das nominalizações, que, a rigor, não podem ser consideradas membros prototípicos nem da classe dos nomes nem da classe dos verbos. Consistem, na realidade, em categorias complexas, intermediárias num *continuum* funcional com os pólos ocupados pelo nome e pelo verbo (cf. CAMACHO, 2009).

Como nomes, deveriam referir-se a entidades perceptíveis do mundo, mas, como os verbos, podem ser providos de valência e representar não entidades de primeira ordem, que são percepções cognitivas de objetos físicos, palpáveis, mas entidades de segunda ordem, ou estados de coisas. Nesse aspecto, uma boa correlação a ser buscada é a de que, quanto mais uma nominalização preserva a estrutura argumental do verbo *input*, mais próxima ela está da referência a um estado de coisas.

Na visão mais tradicional, a nominalização envolve tanto a aquisição de propriedades nominais como a perda de propriedades verbais, numa relação de oposição discreta. Entretanto, segundo Malchukov (2004), a pesquisa tipológica mais recente tem reconhecido que a articulação entre os dois processos acarreta possibilidades mais graduais que discretas e, portanto, empiricamente mais adequadas. E, com efeito, as operações transcategoriais, quando aplicadas à nominalização, envolvem tanto descategorização quanto recategorização.

Assim, um verbo usado como expressão referencial adquire propriedades nominais, como caso, determinação, modificação etc. e é por isso que o nome deverbal reúne propriedades relacionadas aos processos de desverbalização e de nominalização, representados no *continuum* contido em (15), que Malchukov (2004) denomina Modelo Escalar Generalizado.

- (15) Modelo Escalar Generalizado (Malchukov 2004)²
 [[[[[N] CL] NUM] POS] DET] CAS]
 <-----[[[[[V] VAL] ASP] TEM] MOD] CONC] FI
nominalização <-----
desverbalização

As categorias mais externas e respectivas camadas são mais prontamente afetadas pelas operações transcategoriais do que as mais internas. Desse modo, a valência é, na visão do autor, a camada semanticamente mais próxima do lexema verbal e, portanto, mais preservada do que as demais categorias. A nominalização só perde a condição de referência a um estado de coisas quando se transforma realmente num nome de primeira ordem com perda de valência.

Observando a nominalizações deverbais de *construir* em português, duas construções são possíveis, conforme aparece em (16a-b).

- (16) a. A **construção** da casa demorou dois anos.
 b. Aquela **construção** do alto da colina é muito sólida. (CAMACHO, 2009, p. 222)

O nome destacado em (16b) se deriva do verbo *construir* como o nome destacado de (16a), mas não é dotado de estrutura argumental, por não se referir a um estado de coisas, mas ao resultado de um estado de coisas, que constitui uma entidade de primeira ordem; nesse caso, a função do SP *do alto da colina* é localizar a entidade referida. Já o mesmo nome deverbal em (16a) representa uma predicação encaixada na posição de sujeito e a função do SP *da casa* é indicar o argumento paciente de *construção*. Embora ambos os casos sejam modificados por determinantes, o processo de nominalização atinge um grau maior em (16b) do que em (16a), que se desverbaliza retendo parcialmente a valência.

Retomemos o caso em (17), já mencionado anteriormente, que consiste numa estratégia morfossintática de nominalização marcada por uma partícula específica.

- (17) Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)
wasai kaitã we- rur **me'ẽ** ihẽ a- kamyryk
açaí Caetano 3- bring **NOMLZR** I 1SG- knead
 'I kneaded the açai fruit that Caetano brought.'

A nominalização contida em (17) não se desverbaliza completamente, preservando totalmente a valência das estruturais verbais simples. Essa é a forma mais próxima de uma sentença, o que a difere, por exemplo, da nominalização de entidades de segunda ordem do português, como em (16a), em que a valência é preservada com um recurso tipicamente nominal mediante o uso da forma genitiva **da casa**.

Em tiriyo (MEIRA, 2006), a desverbalização inclui não apenas valência completa, mas inclusive marcação de sujeito de verbo transitivo, de objeto de verbo transitivo e de sujeito de verbo intransitivo, conforme se vê, respectivamente, nas formas destacadas em negrito de (18a), (18b) e (18c).

² As abreviaturas têm o seguinte significado: no polo nominal, N representa nome; CL, classificador; NUM, número; POS, possuidor; DET, determinante e CAS, caso. Já no polo verbal, V representa verbo; VAL, valência; ASP, aspecto; TEM, tempo; MOD, modo; CONC, concordância; FI, força ilocucionária.

- (18) a Tiriyo (MEIRA, 2006, p. 107)
 ampo nai, wítoto, [kaikui i-tu:ka-**ne**-mpə]
 onde 3.COP pessoa cachorro 3-bater-A-RE-NPAS
 ‘Onde está a pessoa que bateu no cachorro?’
- b Tiriyo (MEIRA, 2006, p. 107)
 Kaikui ə-wa:rə, [pahko i-**n**-tu:ka-hpə]
 cachorro 2-conhecido l.pai 3-**P.RE**-bater-NPAS
 ‘Você conhece o cachorro em que meu pai bateu?’
- c Tiriyo (MEIRA, 2006, p. 108)
 n-e:-jan wítoto, epi-**keti**-mpə]
 3s-vir-PRES pessoa tomar.banho-**S-RE**-NPAS
 ‘Está vindo a pessoa que tomou banho.’

Um aspecto intrigante nas línguas investigadas é a necessidade de nominalizar preservando, no entanto, uma estrutura com alto grau de sentencialidade, como se a estratégia compensatória empregada tivesse que ser sentencial, mas não com sentencialidade de grau máximo. Essa necessidade de nominalização quase-sentencial deve ser interpretada como uma possível correlação da sintaxe com a categorização das unidades lexicais em classes de palavras, com base no postulado, já defendido pelo estruturalismo, de classes não serem propriedades universais.

Olhemos para as classes de palavras predicadoras de uma perspectiva tipológica, como se vê na elaboração proposta por Hengeveld (1992), no Quadro 3.

Quadro 3: Sistemas de classes de palavras (Adaptado de HENGEVELD, 1992, p. 69)

lexível	V/N/Adj/Adv				tongan
	V	N/Adj/Adv			quechua
Diferenciada	V	N	A/Adv		holandês
	V	N	A	Adv	inglês
Rígida	V	N	A		wambon
	V	N			!xù
	V				tuscarora

O autor mostra, por exemplo, que, enquanto há línguas flexíveis, como o holandês, que dispõem de uma mesma classe de palavras para representar tanto o adjetivo quanto advérbio de modo, há outras línguas, mais rígidas, como o wambon, que suprem a falta de advérbios mediante o uso de verbos médios para criar expressões de modo. Essa distribuição tipológica num *continuum* mostra com suficiente clareza que a divisão tipicamente indo-europeia das classes de palavras não pode ser tomada como universal.

Por essa razão, Hengeveld (1992), postula que os sistemas de classes de palavras podem ser ordenados na escala contida em (19), conforme as línguas disponham ou não das quatro classes de palavras predicadoras.

- (19) Verbo > Nome > Adjetivo > Advérbio
 (HENGEVELD, 1992, p. 70)

Línguas que dispõem apenas de verbos consistem em um caso extremo de língua rígida. O tuscarora, uma língua ameríndia da América do Norte, da família do iroquês,

dispõe de apenas uma classe de palavra, o verbo; desse modo, para traduzir, por exemplo, o significado de nomes típicos do português é necessário usar uma predicação verbal.

A generalização que se pode deduzir da relação implicacional contida em (19) é a de que, longe da universalidade, o sistema de classes de palavras é um *continuum* e que não é absolutamente destituído de lógica que uma língua não disponha de uma classe de palavra, cuja função pode ser coberta com o emprego de outro meio lexical.

O que essa distribuição tem para as línguas da amostra? Um bom caminho a trilhar é pensar que se não há uma construção sintática para representar a modificação nominal mediante uso de uma relativa, pode não haver concomitantemente uma classe de palavra, como a de adjetivo, para exercer a mesma função na estrutura de um SN não-complexo.

Observe-se, inicialmente, o Quadro 4, que mostra a presença ou ausência dessa classe de palavra em relação à construção relativa em cada língua indígena da amostra. O quadro está separado em línguas que dispõem de adjetivo como classe de palavra, as oito da parte superior, e línguas que não dispõem de adjetivo como classe, as dez da parte inferior.

A leitura do quadro permite afirmar que, de dez línguas desprovidas de adjetivo, nove em dezoito, correspondentes a 50% do total, apresentam uma nominalização como estratégia compensatória de relativização. Apenas o pirahã tem alguma estratégia alternativa.

Há, entretanto, na parte superior da tabela, dois outros casos de contra-evidência, correspondentes a 11% da amostra, representados pelas línguas nambikwára e mayorúna, que dispõem, ao mesmo tempo, de nominalização e da classe de adjetivos. Apesar dessa contra-evidência, as línguas do grupo karíb e as do grupo tupi-guarani apresentam um comportamento altamente consistente com sua identidade tipológica, nos termos de uma correlação entre ausência de adjetivo e estratégia de nominalização como relativa.

Outra correlação consistente é a presença de adjetivos como classe e uma estratégia primária não-compensatória de relativização, aspecto que se aplica a um número considerável de línguas, seis do total, correspondentes a 33,3% da amostra. Essa correlação tem um fundamento tipológico, já que duas línguas do grupo macro-jê - boróro e canela-krahô - apresentam comportamento idêntico em relação à estratégia primária de relativização e presença de adjetivo.

Quadro 4: Correlação entre OR e a classe de palavra adjetivo

Línguas	adjetivo		Estratégia de relativização	
	Sim	Não	Outras estratégias	Nominalização
Paumari	X		X	
Warekéna	X		X	
Karipúna-Creole	X		X	
Sanumá	X		X	
Boróro	X		X	
Canela-krahô	X		X	
Nambikwára	X			X
Mayorúna	X			X

Apalaí		X	X	X
Hixkaryána		X	X	X
Makuxí		X	X	X
Waiwái		X	X(?)	X
Wari		X	X	X(?)
Tukáno		X		X
Urubú-Kaapór		X		X
Kanoê		X	X	X
Kamayurá		X		X
Pirahã		X	X	

A correlação entre ausência de adjetivo como classe e nominalização como estratégia de relativização corrobora as descobertas de Meira (2006) sobre o tiriyo, língua que também dispõe da nominalização como estratégia exclusiva de relativização. Meira (2006) observa que o comportamento dos verbos nominalizados relativos é paralelo ao de substantivos em aposição: as nominalizações ocorrem em aposição ao termo relativizado, paralelamente ao modo como dois substantivos correferenciais ocorrem em aposição com função de modificador.

Vale acrescentar que a única maneira de modificar um substantivo com um adjetivo em tiriyo (e nas línguas karíb da Amazônia brasileira) é mediante o uso de adjetivo/advérbio nominalizado colocado em aposição ao substantivo a ser modificado. Desse modo, alega Meira que “parece mais correto dizer, para as línguas karíb mais conservadoras, que não há orações relativas: ‘há aposições relativas’ que podem ser compostas por nomes de qualquer tipo, inclusive verbos nominalizados” (MEIRA, 2006, p. 119)

Palavras finais

O objetivo deste trabalho foi o de apresentar alguns resultados de uma pesquisa tipológica desenvolvida numa amostra de línguas nativas da Amazônia, para refletir sobre as propriedades universais da caracterização das orações relativas em relação às propriedades idiossincráticas que essas línguas mostram. Mais especificamente, discuti a hipótese, com base nos dados da amostra, de ser a nominalização de fato uma construção relativa ou uma estratégia compensatória, por um lado, e por outro, de haver correlação ou não entre o uso dessa estratégia e a ausência de adjetivos como classe.

Certa limitação da amostra acabou por definir um procedimento mais qualitativo

que quantitativo na descrição, suficiente, todavia, para mostrar a diversidade das estratégias utilizadas nas línguas nativas e também certo grau de distinção que as envolvem em relação às mais comumente empregadas no âmbito das línguas indo-europeias.

A discussão dos dados apontou para alguns resultados relevantes. Mostrou, em primeiro lugar, uma correlação entre a codificação morfossintática da modificação restritiva e a classificação tipológica das línguas investigadas.

Com efeito, as línguas do grupo macro-jê (boróro e kanela-krahô), e o warí, do grupo chapakura-wanham, e o karipúna-creole, do grupo creole, apresentam sistematicamente um marcador de relativização, estratégia que pode ser considerada diacronicamente mais inovadora. Já as línguas do grupo karíb (apalaí, hixkaryána, macuxí, waiwái) e as do grupo tupi-guarani (kamayurá e urubú-kaapór), assim como o kanoê, língua isolada, apresentam nominalização e/ou justaposição como estratégias primárias de relativização. Estratégias de nominalização e de justaposição podem ser ambas consideradas construções alternativas e, portanto, funcionalmente compensatórias na ausência de uma estrutura morfossintática especificamente marcada para cobrir o domínio funcional da modificação restritiva.

Os resultados mostraram, ainda, uma correlação instigante, inferida com base na distribuição das estratégias pelas línguas da amostra: a de que algumas línguas, que têm a nominalização como estratégia primária de relativização, principalmente as da família karíb, não dispõem sequer de uma classe específica de adjetivos modificadores (MEIRA, 2006). Essa correlação identifica um possível encaixamento de um procedimento morfossintático no subsistema lexical, embora não seja possível falar em mudança nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (1968).

A ausência de uma estrutura morfossintática especificamente empregada para codificar a modificação restritiva, principalmente nas famílias karíb e tupi-guarani, mostra que, são mais inovadoras as línguas que exibem marcação, como as acima mencionadas, ou contam com estratégias reconhecidas, como a de lacuna (paumarí e warekéna) e a de não-redução (pirahã e sanumá), justamente por disporem de uma codificação morfossintática específica. Isso é verdadeiro, se considerarmos o que afirma Meira (2006) sobre a evidência comprovada nas línguas karíb de que a nominalização e a justaposição são as construções mais conservadoras que a marcação morfêmica, considerada mais inovadora e já desenvolvida em línguas do grupo situadas na vizinhança da Amazônia brasileira.

Nesse caso, o encaixamento acima discutido pode ser tão relevante que uma hipótese provável para a história prospectiva da gramática dessas línguas é a de que elas venham a desenvolver a forma inovadora de construção relativa com marcação no nível morfossintático alinhada ao desenvolvimento simultâneo de adjetivos como classe de palavra no léxico.

Para finalizar, é possível afirmar que, a amostra não contém realmente um número muito grande de línguas diferentes para generalizações mais seguras. No entanto, ela fornece, mesmo assim, inferências razoavelmente confiáveis de algumas direções relevantes para o estabelecimento de correlações entre diferentes partes da gramática, que permitem, no mínimo, uma interface razoável entre léxico, em termos da organização em classes de palavras, e morfossintaxe, em termos da acessibilidade a diferentes estratégias de relativização.

ABREVIATURAS

1:	primeira pessoa	MAL:	malefactivo
2:	segunda pessoa	MOD:	modo
3 :	terceira pessoa	N:	nome
1PL:	primeira pessoa do plural	NEG:	negação
1SG:	primeira pessoa do singular	NEUT:	neutro
2SG :	segunda pessoa do singular	NLZ/NOMLZR:	nominalizador
3PL:	terceira pessoal do plural	NPAS :	passado nominal
3SG:	terceira pessoa do singular	NUM:	número
3s:	pronome pessoal 3ª pessoa do singular	P:	tempo passado
A :	sujeito de verbo transitivo	PAST:	passado
Adj:	Adjetivo	PAUS:	pausa
Adv:	Advérbio	PL:	plural
ASP:	aspecto	POS:	possuidor
AUX :	auxiliar	PRES/PRS :	presente
CAS: CL:	caso classificador	RE :	real
CONC:	concordância	REL :	relativo
COP :	cópula	S :	sujeito de verbo intransitivo
DECL :	declarativo	TEM:	tempo
DEM:	demonstrativo	TP:	tempo passado
DET:	determinante	Tp=i:	passado incompleto
DIR :	direcional	V:	verbo
FI:	força ilocucionária	VAL:	valência
FUT:	futuro		

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, M. Macushi DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 3. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. p. 23-160.
- AIKHENVALD, A.Y. Warekéna. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 225--439.
- BACELAR, L.N. *Gramática da língua Kanoê*. Nijmegen: Katholieke Universiteit Nijmegen, 2004.
- BORGMAN, D. M. Sanuma. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.) *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990. p. 15-248.
- CAMACHO, R. G. *O papel da nominalização no continuum categorial*. 2009. Tese (Livre-Docência em Linguística) - Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.
- CHAPMAN, S.; DERBYSHIRE, D. C. Paumarí. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.) *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 3. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991. p. 161-345.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989.
- CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.
- CROWELL, T. H. *A Grammar of Bororo*. PhD. Thesis. Cornell University, Cornell, 1979.
- DE VRIES, M. *The syntax of relativization*. Utrecht: LOT, 2002.

DERBYSHIRE, D. C. Hixkaryana. *Lingua Descriptive Studies*. v. 1. Amsterdam: North Holland, 1979.

EVERETT, D. L. *A língua pirahã e a teoria da sintaxe*. Descrição, perspectiva e teoria. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____; KERN, B. *Wari: The pacaas novos language of western Brazil*. London: Routledge, 1997.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. V. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GORDON, R. G.; GRIMES, B. F. (Eds.) *Ethnologue: languages of the world*. 15th ed. Dallas: SIL International, 2005.

HAWKINS, R. E. Wai Wai. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.) *Handbook of Amazonian languages*. Vol 4. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 25-224.

HENGEVELD, K. *Non-verbal predication: theory, typology, diachrony*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992.

KEENAN, E. L. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (ed.) *Language typology and syntactic description* (v. 2: Complex constructions). Cambridge: University Press, 1985. p. 141-70.

_____; COMRIE, B. Data on the Noun Phrase Accessibility Hierarchy. *Language*, v. 55, p. 333-51, 1979.

_____. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 8, p. 63-99, 1977.

KAKUMASU, J. Urubu-Kaapor. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.) *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 326-403.

KNEELAND, H. *Lecciones para el aprendizaje del idioma Mayoruna*. Yarinacocha, Peru: Instituto Lingüístico de Verano, 1979. (Edición Provisional: documento de trabajo 14)

KOEHN, E., KOEHN, S. Apalai. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.) *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 33-127.

KROEKER, Barbara J. *Gramática descritiva da Língua Nambikuara*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, 2003.

LANGACKER, R.W. *Foundations of cognitive grammar*. v. II: Descriptive applications. Stanford: University Press, 1991.

MALCHUKOV, A. L. *Nominalization/verbalization: constraining a typology of transcategorial operations*. Lincom: Lincom Europa, 2004.

MEIRA, S. Orações relativas em línguas Karíb. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 1, p. 105-121, 2006.

POPJES, J.; POPJES, J. Canela-Krahô. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.) *Handbook of Amazonian languages*. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 128-199.

RAMIREZ, H. *A fala Tukano dos Ye'pâ-masa*. Tomo I. Manaus: Cedem, 1997.

- RIJKHOFF, J. et al. A method in language sampling. *Studies in language*, v. 17, p. 169-203, 1993.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SEKI, L. *Gramática do kamaiurá*. A língua tupi-guarani do Alto Xingu. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.
- SONG, J. J. *Linguistic typology*. Morphology and syntax. London: Longmans, 2001.
- TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. PhD Dissertation. University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.
- TOBLER, S. J. *The Grammar of Karipúna Creole*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1983. (Série Linguística 10)
- WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.) *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin/London: University of Texas, 1968. p. 95-200.